



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 45812 - SE (2014/0143048-0)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : JEFERSON FONSECA DE MORAES**  
**ADVOGADOS : JEFERSON FONSECA DE MORAES E OUTRO(S) - SE000482**  
**GETÚLIO SÁVIO SOBRAL NETO - SE004194**  
**RECORRIDO : MUNICÍPIO DE ARACAJU**  
**PROCURADOR : LUIZ CARLOS OLIVEIRA DE SANTANA E OUTRO(S) - SE000985**

### **EMENTA**

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRECATÓRIO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO FINAL DA INCIDÊNCIA. QO NO RESP 1665599. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.**

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto em face de acórdão do TJ/SE que denegou a ordem pleiteada no Mandado de Segurança impetrado pelo recorrente em face de decisão do Presidente do TJ/SE nos autos do Precatório 169/2006.

Narra o recorrente que o Presidente do TJ/SE negou a incidência de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento do precatório, ao entendimento de que não haveriam de incidir porque tanto a sentença proferida no processo de desapropriação quanto o acordo efetuado entre as partes e homologado judicialmente não faziam menção a tais consectários, ademais de não serem autorizados pela EC 62/2009.

Em suas razões recursais, o impetrante alega que, mesmo antes da ADI 4357, o parágrafo 12 do art. 100 da Constituição Federal já autorizava a correção monetária até a data do pagamento. Ademais, na ADI 4357 o STF declarou a inconstitucionalidade da EC 62/2009. Argumenta que não era preciso que a sentença e o acordo previssem a incidência de correção monetária e de juros, pois isso é implícito a partir da norma de regência.

Certificado o decurso do prazo sem contrarrazões.

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento parcial do recurso em mandado de segurança, pelos seguintes motivos: não há que se falar em juros compensatórios que eram aplicáveis ao débito principal relativo à desapropriação indireta, pois o precatório em questão se refere a honorários advocatícios sucumbenciais; quanto ao mais, "atualizado o crédito até a data da expedição do precatório – 28/2/2006, deixam de ser devidos os juros compensatórios, voltando a incidir, todavia, os juros moratórios após o período de graça constitucional (2007), na hipótese de inadimplemento, sendo que a correção monetária, por representar a atualização ao valor real da moeda, deve ser aplicada até a data do efetivo pagamento".

É o relatório. Passo a decidir.

Como se verifica da inicial do Mandado de Segurança em tela, o impetrante se insurgia inicialmente contra suposta ofensa à coisa julgada praticada pela autoridade apontada como coatora, uma vez que, segundo a tese veiculada na petição inicial, teria havia inobservância, no cálculo do precatório, dos termos como a sentença fixou correção monetária e juros moratórios e compensatórios na ação de desapropriação indireta.

Não obstante, como transcrito na própria inicial, o ato apontado como coator esclarece que a sentença proferida no julgamento da ação de desapropriação indireta cingiu-se a fixar os termos *iniciais* de incidência de tais consectários. Ademais, a insurgência do impetrante diz

respeito ao cálculo dos valores a ele (causídico) devidos em decorrência da condenação do Município ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, fixados pela sentença no percentual de 15% do valor da condenação principal.

Daí porque, uma vez consolidado o valor do débito principal a ser pago por meio de precatório, elabora-se a conta do valor correspondente a 15% disso e então, feito o cálculo, a correção monetária e os juros de mora dos honorários advocatícios regem-se por normas próprias, não havendo mais que se falar em juros *compensatórios*. Confira-se, a respeito, o que constou das informações prestadas pela autoridade impetrada, consoante registrado no acórdão recorrido (fls. 810-811eSTJ):

"A dívida foi inscrita pelo valor de R\$132.137,30 (cento e trinta e dois mil cento e trinta e sete reais e trinta centavos), em 28 de fevereiro de 2006, correção pelo INPC e juros de mora de 0,5% ao mês.

O valor foi atualizado na decisão ora atacada, ressaltando que os juros de mora ficaram suspensos entre julho de 2006 e dezembro de 2007, conforme precedentes do STF.

Para melhor entendimento acerca da matéria em questão, vejamos os atos processuais que geraram o referido débito.

O Juiz de 1º grau proferiu sua decisão da seguinte forma:

(---).

Posteriormente, houve acordo entre as partes, que foi homologado e mantido em sede de apelação(nº2074/2003).

(...)

O referido ajuste não foi cumprido. Só por aí se nota a contradição nas razões do presente mandado de segurança ora interposto. Se a verba executada foi aquela não há que se falar na decisão anterior. Do mesmo modo, se a verba executada foi a que ficou consignada em sentença não há possibilidade de discussão do acordo incumprido. O precatório foi formado por determinação da Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, que o expediu fazendo constar do correspondente ofícios requisitório (...):(....).

Por sua vez, o próprio impetrante foi quem consignou o valor e a data da atualização na sua petição:()

**Portanto, a partir da data identificada como a data-base da correção do precatório (28/02/2006) é que deveriam ser feitos cálculos de atualização. Em nenhum momento há determinação de incidência de juros compensatórios até o pagamento.**

**A decisão ora atacada não alterou a sentença, vez que esta não fixou termo final da incidência dos juros compensatórios, segundo orientação do STJ em relação ao limite temporal dos juros:()**

**Desta forma foi feito e consignado,(...), cuja particularidade aqui é que se trata de verba oriunda dos embargos à execução, não sendo possível a imputação de juros compensatórios, haja vista que estes são próprios da ação de desapropriação.**

**(-)Portanto, está correta e em conformidade com as normas legais a decisão atacada, vez que a sentença executada não foi atingida, devendo ser denegado o mandamus.(..)"**

Assim sendo, não há como acolher a pretensão de incidência de juros compensatórios sobre o valor dos honorários advocatícios.

O segundo argumento da impetração é o de que é ônus do devedor arcar com os consectários decorrentes de sua *mora* no pagamento do precatório, de modo que haveriam de incidir correção monetária e juros até o efetivo pagamento do precatório.

Pois bem. Quanto aos juros compensatórios, como se viu, dizem respeito apenas à verba principal decorrente da desapropriação, não aos honorários advocatícios. Já quanto aos juros *moratórios* (decorrentes da mora da Administração Pública em efetivar o pagamento do precatório requisitório) e à correção monetária nesse mesmo período, assim constou do acórdão recorrido (fl. 812eSTJ):

"Ademais, e só para argumentar, é de ver que o valor do débito restou atualizado - crescendo-se juros compensatórios e moratórios -até a data da expedição do precatório, qual seja, 28/02/2006.

Daí em diante, é dizer, entre julho de 2006 e dezembro de 2007, não há falar em incidência de juros de mora, senão somente a partir do momento em que o precatório não tiver sido pago no prazo constitucional."

Dessarte, como observado no parecer ministerial, o cálculo do valor devido ao impetrante estava correto até o momento em que elaborado.

Com a *demora* na efetivação do pagamento do precatório, porém, incidem os consectários decorrentes dessa mora, não importando que o STF só tenha definido a questão posteriormente à elaboração dos cálculos.

Com efeito, confira-se, a respeito, a jurisprudência desta Corte Superior a respeito da questão, que prevaleceu até o julgamento, em 2019, da QO no REsp n. 1.665.599:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO. PRECATÓRIO. JUROS DE MORA. ÍNDICE APLICÁVEL E PERÍODO DE INCIDÊNCIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO DE MODO ADEQUADO NAS RAZÕES RECURSAIS. INOBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NOS ARTS. 514, II, 539, II, E 540, DO CPC. NÃO INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA NO PRAZO CONSTITUCIONAL DE PAGAMENTO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO DO STF.

1. "Não se conhece de recurso ordinário em mandado de segurança na hipótese de as razões do recorrente não atacarem, específica e fundamentadamente, os argumentos utilizados pela Corte Estadual" (RMS 8.459/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ de 4.2.2002). No caso, verifica-se que o Tribunal de origem entendeu que "as impetrantes aderiram voluntariamente às condições previstas no Edital, ao intentar a realização de acordo direto com o Estado e o recebimento mais célere do crédito devido", de modo que "a correção monetária deverá ser ponderada nos termos do Edital, incidindo apenas até a data da realização da audiência para pagamento - oportunidade em que se consolidou, inclusive, a oportuna reserva bancária do crédito". Contudo, essa fundamentação não foi impugnada de modo adequado no recurso ordinário.

2. **Conforme orientação do Supremo Tribunal Federal, "não incidirão juros de mora no período entre 1º de julho do ano antecedente até o final do exercício do ano seguinte, se realizado o efetivo pagamento do precatório". Contudo, "se não houver o pagamento do valor consignado no precatório até o mês de dezembro do ano seguinte ao da sua apresentação, é de se reconhecer a incidência dos juros de mora a partir de 1º de janeiro do ano subsequente até a data do efetivo pagamento da obrigação"** (EDcl no RE 589.513/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 14.3.2011).

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RMS 45.628/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 02/12/2014)

Mais recentemente, a Corte Especial, no julgamento da QO no REsp n. 1.665.599/RS, na sessão da Corte Especial de 20/3/2019, veio a adequar seu entendimento, nos termos da tese fixada no Tema 96 do STF, fixando-se as seguintes teses:

**Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório (acórdão publicado no DJe de 2/4/2019).**

**Incide correção monetária no período compreendido entre a elaboração dos cálculos e o efetivo pagamento da RPV, ressalvada a observância dos critérios de atualização porventura fixados na sentença de liquidação.**

O acórdão proferido na ocasião foi assim ementado:

QUESTÃO DE ORDEM. REVISÃO DE ENTENDIMENTO CONSOLIDADO EM TEMA REPETITIVO. TEMA 291/STJ. TERMO FINAL DA INCIDÊNCIA DOS JUROS MORATÓRIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ENTENDIMENTO FIXADO PELO STF, EM REPERCUSSÃO GERAL, TEMA 96/STF, QUE SOLUCIONA, DE FORMA SUFICIENTE, A CONTROVÉRSIA POSTA EM DISCUSSÃO. ADEQUAÇÃO DO TEMA REPETITIVO 291/STJ À NOVA ORIENTAÇÃO FIXADA PELO STF EM REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 96/STF. QUESTÃO DE ORDEM ACOLHIDA, PARA DAR NOVA REDAÇÃO AO TEMA 291. PARECER FAVORÁVEL DO MPF.

1. Esta Corte Especial, por ocasião do julgamento do REsp 1.143.677/RS (DJe 4.2.2010), sob a Relatoria do ilustre Ministro LUIZ FUX, fixou a tese (Tema Repetitivo 291/STJ) no sentido de que não incidem juros moratórios entre a elaboração dos cálculos e o efetivo

pagamento da Requisição de Pequeno Valor-RPV. Transcorridos aproximadamente sete anos, o Supremo Tribunal Federal, em 19.4.2017, julgou o Recurso Extraordinário 579.431/RS, sob a relatoria do ilustre Ministro MARCO AURÉLIO (DJe 30.6.2017), com Repercussão Geral reconhecida, quando fixou a tese de que incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório (Tema 96/STF da Repercussão Geral). As duas orientações são claramente opostas, como se vê sem esforço. A partícula não no início do Tema Repetitivo 291/STJ não deixa margem à dúvida.

2. Considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia, nos termos do art. 927, §4o. do Código Fux, é patente e evidente a necessidade de revisão do entendimento consolidado no enunciado de Tema Repetitivo 291/STJ, a fim de adequá-lo à nova orientação fixada pelo egrégio Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do RE 579.431/RS (Repercussão Geral - Tema 96/STF).

3. Nova redação que se dá ao enunciado de Tema Repetitivo 291/STJ: incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

4. Questão de ordem acolhida a fim de dar nova redação ao Tema 291/STJ, em conformidade com Parecer favorável do MPF e em estrita observância da redação conferida ao tema pelo STF.

(QO no REsp 1665599/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/03/2019, DJe 02/04/2019)

Ante o exposto, **dou parcial provimento** ao recurso ordinário em mandado de segurança, concedendo parcialmente a segurança, a fim de que a correção monetária e os juros moratórios incidam desde a data da realização do cálculo do precatório até a data do efetivo pagamento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF) 24 de março de 2020.

Ministro Benedito Gonçalves

Relator